

Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades

(Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis:
exploring convergences and outlining specificities)

Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

paulosegundo@uol.com.br

Abstract: The aim of this paper is to discuss the theoretical convergences and the specificities intrinsic to Systemic Functional Linguistics (SFL) and to Critical Discourse Analysis (CDA), in order to show in which way the analytical categories and the theoretical assumptions held by the former allow us to investigate, thoroughly, discursive-linguistic phenomena. Thus, we present a brief background on the establishment of CDA, its main concepts, highlighting the notion of discourse order and semiotic formation. In the sequence, we show the main properties of semiosis, as it is regarded in a systemic functional basis, so that the relevant approximations and divergences between the two approaches can be sketched out, allowing us to discuss the advantages of the dialogue between them.

Keywords: Systemic Functional Linguistics; Critical Discourse Analysis; order of discourse.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as convergências teóricas e as especificidades intrínsecas à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e à Análise Crítica do Discurso (ACD), buscando mostrar de que maneira as categorias analíticas e os pressupostos teóricos inerentes à primeira permitem analisar, pormenorizadamente, fenômenos linguístico-discursivos. Para isso, buscou-se apresentar um breve histórico do surgimento da ACD, seus principais conceitos, destacando a noção de ordem do discurso e de formação semiótica, para, na sequência, delinear as principais propriedades da semiose, segundo a visão sistêmico-funcional, de modo a se estabelecerem importantes aproximações e afastamentos em relação à perspectiva crítico-discursiva, além de mostrar a vantagem de se promover o diálogo entre as duas abordagens.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; Análise Crítica do Discurso; ordem do discurso.

Introdução

A Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) possuem uma história conjunta de aproximações e afastamentos, convergências e divergências, derivada, principalmente, de uma concepção comum de que o uso linguístico – entendido como atividade semiótica ou discursiva – não se constitui em um reflexo da estrutura ou do contexto social, mas sim em uma prática integrada – estruturante e estruturada – aos sistemas sociais.

Wodak (2004) entende que a ACD surge, no início da década de 1990, a partir do desenvolvimento da Linguística Crítica (LC) da década de 1970, cujo nascedouro pode ser localizado na Universidade de East Anglia, onde nomes como Kress, Trew e Fowler passam a conceber os discursos como ideológicos, negando a arbitrariedade do signo linguístico e utilizando o aparato teórico da LSF como instrumento para a análise das representações sociais e das relações de poder instanciadas nos textos.

Do nascimento da LC para os dias atuais, passando pelo surgimento da ACD e pelo seu fortalecimento como abordagem inter ou transdisciplinar do uso linguístico contextualizado, voltado ao estudo das relações de poder e dominação mediante a atividade sociosemiótica, a associação entre esse modelo e o aparato sistêmico-funcional tem oscilado entre momentos de maior ou menor convergência.

O objetivo deste artigo é apontar alguns aspectos de convergência entre a ACD e a LSF, mostrando de que modo a arquitetura da linguagem proposta pela última permite uma análise linguística pormenorizada da materialidade discursiva, pré-requisito para um estudo crítico-discursivo.

O artigo é estruturado em duas partes: na primeira, mostrar-se-ão os pressupostos fundamentais da Análise Crítica do Discurso, tomando como base principal o modelo proposto por Fairclough (2007, 2010), e as premissas assumidas por esse autor no que tange a uma concepção de estudo crítico-discursivo; na segunda parte, expor-se-ão os princípios que estruturam a visão sistêmico-funcional de linguagem, procurando mostrar de que forma as propriedades e as categorias analíticas propostas por essa perspectiva permitem uma abordagem coerente da configuração textual e interdiscursiva. Além disso, buscar-se-á, quando pertinente, relacionar o aparato teórico a considerações sociológicas pertinentes.

Análise Crítica do Discurso: pressupostos fundamentais

Para Fairclough (2010), a ACD possui três propriedades básicas: ela é dialética, relacional e transdisciplinar. É relacional, uma vez que o foco da abordagem não reside apenas na língua, no texto, nos indivíduos ou nos objetos, mas, sim, nas redes de práticas, nas ações que envolvem atores posicionados em contextos sócio-históricos e situacionais nos quais significados são construídos e negociados interacionalmente. Tais significados, por sua vez, estruturam modos de ser, agir e representar que passam a se configurar como parâmetros e modelos interdiscursivos associados à continuidade da *práxis*. Em consequência disso, a atividade linguística passa a ser estruturada por esses mesmos modelos.

Ela é dialética, na medida em que não é possível conceber o discurso como uma categoria discreta, plenamente separável das relações de poder e solidariedade, por exemplo. Se o foco da ACD encontra-se nas relações sociais mediadas pela semiose, entender o discurso como categoria discreta é isolá-lo do seu potencial socialmente estruturado e estruturante. O poder é, frequentemente, legitimado por meio do discurso, embora não seja a ele limitado. Uma categoria se imbrica na outra. A questão ideológica é um claro exemplo de tal complexidade.

Por fim, a ACD também é transdisciplinar, na medida em que não se limita apenas à análise do texto propriamente dito – muito embora esta consista em uma etapa metodológica a ela inerente –, mas preconiza, especialmente, o exame das relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais e entre o discurso e os recursos semióticos. Tal abordagem requisita, segundo o autor, o ofuscamento de fronteiras rígidas entre as diversas disciplinas.

Além disso, a ACD defende uma posição moderada de construção social,¹ baseada no Realismo Crítico. Segundo Fairclough, Jessop e Sayer (2010, p. 204), os realistas críticos distinguem o real do actual e do empírico.

The ‘real’ refers to objects, their structures or natures and their causal powers and liabilities. The ‘actual’ refers to what happens when these powers and liabilities are activated and produce change. The ‘empirical’ is the subset of the real and the actual that is experienced by actors.²

Nesse sentido, o actual consiste em uma instância do real, uma atualização que gera efeitos práticos, produzindo mudança no curso dos acontecimentos. É, portanto, o momento do exercício do poder, que já pré-existe, visto que é condição para o próprio processo de atualização, mesmo que em forma latente. O empírico configura-se em um saber acerca do actual e do real, em uma construção (*construal*) da experiência humana sobre os objetos e eventos e sobre o mundo físico e material, que existem, em grande parte, independentemente da vivência e da observação dos atores.

Entretanto, a continuidade da *práxis* está relacionada, em uma dialética complexa, às ações contextualizadas dos agentes sociais que contribuem para a manutenção, confrontação, mudança ou rearranjos das práticas sociais e à influência que essas exercem sobre a configuração da própria estrutura social. Por outro lado, a estrutura constrange a gama de recursos preferenciais que organizam as práticas sociais, as quais, por sua vez, também limitam a ação localizada.

Tal configuração não só se constitui em aspecto fundamental da visão do crítico-realista, mas também é central na proposta estruturacionista de Giddens (2009). Para esse autor, são as práticas localizadas, geralmente associadas a rotinas sociais que envolvem estruturas de significação – recursos semióticos –, de dominação – recursos autoritativos e alocativos – e de legitimação – normas e sanções –, que, concomitantemente, instanciam as estruturas sociais e as ratificam, em maior ou menor grau, num processo contínuo, passível de impingir reorientações e mudanças na própria configuração da estrutura que as embasa.³

Tal processo de reprodução social é, portanto, dialeticamente associado à emergência de coerções estruturais que, simultaneamente, limitam e facilitam a agência humana no que se refere à pluralidade de opções multimodais viáveis para os atores sociais nas suas diversas práticas cotidianas ou institucionalizadas. Tais coerções, concebidas como *formações semióticas* – ou *ordens do discurso* –, consistem, para Fairclough, Jessop e Sayer (2010, p. 213), em “forms of social structuring of semiotic variation”.⁴

1 Hodge e Kress (1993) já salientavam o papel do discurso como agente vital para a construção social da realidade e defendiam que o maior objetivo da Linguística estaria associado à construção, em uma única empreitada, de um referencial teórico que permitisse abranger as relações entre língua e sociedade, por um lado, e entre língua e mente, por outro.

2 “O ‘real’ refere-se aos objetos, à sua estrutura ou natureza e a seus poderes causais e responsabilidades. O ‘actual’ refere-se a o que acontece quando esses poderes e responsabilidades são ativados, produzindo mudança. O ‘empírico’ consiste em um subconjunto do real e do actual que é experienciado pelos atores.” (tradução nossa)

3 Para maiores detalhes, consultar Giddens (2009) e Gonçalves Segundo (2011).

4 “[...] formas de estruturação social da variação semiótica [...]” (tradução nossa)

Para Lemke (2005, p. 86),

[...] semiotic formations provide an intermediate level of conceptual analysis between the microsocial (utterances, texts, particular acts and events) and the macrosocial (dialects, institutions, classes, ideologies). More importantly, they formulate the scale from microsocial to macrosocial in terms of *actions* (social practices) and *patterns of relations of actions* (cultural formations) and not in terms of entities and aggregations of entities (individuals, corporate groups, societies). This is an essentially *cultural* view; social systems are systems of *doings*, not of *beings* as such [...].⁵ (Grifos do autor)

A formulação de Lemke (2005) lança luz à necessidade de conceber o discurso como prática e de analisar a construção da experiência humana, a formação de identidades, o estabelecimento de relações sociais e a negociação intersubjetiva de significados como ações associadas a redes de ação. Nesse sentido, deve-se entendê-las em termos do encadernamento de práticas que antecedem e sucedem aos eventos discursivo-sociais, atentando para a complexa relação interdiscursiva e intertextual que as conecta.

As razões para tal compreensão são inúmeras e consistem em aspecto central da abordagem crítico-discursiva. Entretanto, o motivo que salta aos olhos pode ser sintetizado da seguinte forma: o efeito e a eficiência de um determinado modo de construção linguística, no que se refere à dinâmica da negociação intersubjetiva de significados, estão constitutivamente relacionados ao contexto social, cultural e situacional da interação e ao seu enquadramento na prática social, e não apenas ao seu conteúdo semântico-discursivo. Contexto e construção de significado estão intimamente relacionados tanto ao ato de produção quanto ao ato de consumo textual – em outros termos, à codificação e à decodificação, à construção e à reconstrução do sentido.

Desse modo, as *formações semióticas* ou *ordens do discurso* estarão sempre no centro do embate hegemônico, uma vez que – constituindo-se em filtros interdiscursivos que constroem a seleção das opções sistêmicas das redes de recursos semióticos – tais formas de coerção estrutural parametrizam, em termos hierárquicos, os modos de representar, agir e ser⁶ de uma rede de práticas sociais e institucionais, estabelecendo padrões, projetivamente, *obrigatórios, preferenciais, permitidos e bloqueados* de recursos linguísticos e multimodais que se encontram associados ao exercício do controle por grupos hegemônicos. Em consequência de tal compreensão, a ação individual – que, necessariamente, dialoga com os filtros interdiscursivos supramencionados – pode ser vista como um fator que coloca em risco, contínua e constitutivamente, a coesão semiótica das *ordens do discurso*, a depender de uma atitude *complacente* ou *resistente* do ator social em relação aos parâmetros que configuram uma prática. As estruturas de legitimação – normas e sanções tácitas, socioavaliativas ou legais – podem, então, ser acionadas para reduzir o impacto da potencial confrontação.

5 “[...] formações semióticas consistem em um nível de análise conceptual entre o microsocial (enunciados, textos, atos particulares e eventos) e o macrosocial (dialetos, instituições, classes e ideologias). De modo mais relevante ainda, elas formulam uma escala do microsocial ao macrosocial em termos de *ações* (práticas sociais) e *padrões de relações entre ações* (formações culturais) e não em termos de entidades e agregações de entidades (indivíduos, grupos corporativos e sociedades). Essa é uma visão essencialmente *cultural*; sistemas sociais são sistemas de *ações*, não de *seres* como tais [...]” (tradução nossa; itálicos do autor)

6 Os padrões semióticos de representar, agir e ser são, respectivamente, denominados discursos, gêneros e estilos.

É nesse sentido que a noção de ideologia proposta por Giddens (2009) se torna profícua. Para o autor, ela consiste em formas de significação que legitimam assimetrias de dominação, atendendo a interesses de grupos específicos em detrimento de outros. Assim, a ideologia atua como um meio de reificar aspectos da realidade, tornando *preferenciais* determinados discursos, gêneros e estilos, de modo a naturalizá-los e, assim, minimizar o risco da ação individual alternativa frente às formações semióticas.

O estudo das *ordens do discurso* perpassa, portanto, uma investigação em duas frentes: de um lado, dos padrões de recursos linguísticos semântico-discursivos, léxico-gramaticais e fonético-fonológicos ou grafológicos funcionalmente coesos e socialmente motivados; e, de outro, das redes de práticas sociais sob as quais dados eventos sócio-discursivos emergem, buscando compreender o papel da semiose no enquadramento e na constituição acional de tais eventos em termos da estrutura e das práticas sociais, ou seja, do ‘empírico’ em face do ‘actual’.

É por essa razão que Fairclough (2010) chama atenção para a necessidade de uma abordagem transdisciplinar de tal realidade. Entretanto, essa abertura, às vezes, viabiliza uma compreensão muito ampla da área, que parece carecer de contornos epistemológicos precisos. O próprio autor reconhece que o termo ACD tornou-se relativamente vago e ressalta a necessidade de se estabelecerem alguns critérios mínimos. Entretanto, essas afirmações não devem ser entendidas como regras, mas sim como orientações gerais em termos de procedimentos metodológicos:

1. It is not just analysis of discourse (or more concretely texts), it is part of some form of systematic transdisciplinary analysis of relations between discourse and other elements of the social process.
2. It is not just general commentary on discourse, it includes some form of systematic analysis of texts.
3. It is not just descriptive, it is also normative. It addresses social wrongs in their discursive aspects and possible ways of righting and mitigating them. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 10-11; grifo nosso)⁷

É especialmente no que se refere a esse segundo parâmetro que a Linguística Sistêmico-Funcional pode ser aplicada de modo válido para a análise discursiva. Passar-se-á, então, às considerações acerca desse referencial teórico.

Linguística Sistêmico-Funcional: parâmetros para uma aplicação no âmbito da ACD

Na perspectiva sistêmico-funcional, a língua é concebida como um sistema semo-genético, ou seja, um sistema capaz de criar significado (HALLIDAY, 2009). Além disso,

7 “1. Ela não é apenas uma análise do discurso (ou, mais concretamente, de textos), mas, sim, parte de alguma forma sistemática de análise transdisciplinar de relações entre o discurso e outros elementos do processo social.

2. Ela não é apenas um comentário geral sobre o discurso; ela inclui alguma forma sistemática de análise de textos.

3. Ela não é apenas descritiva, é também normativa. Ela se volta às distorções sociais em seus aspectos discursivos e a possíveis encaminhamentos para mitigá-las e resolvê-las” (tradução nossa).

ela é vista como um potencial de significado de caráter aberto e dinâmico, atuando como recurso tanto para a reflexão quanto para a ação (MATTHIESSEN, 2009).

O caráter dinâmico justifica-se na medida em que a língua é capaz de processar a mudança de acordo com o contexto ecossocial no qual ela é utilizada, propriedade essa que embasa seu traço de abertura, uma vez que as características e opções emergentes das novas demandas são passíveis de serem incorporadas ao sistema. O *status* de recurso reflexivo deriva, por sua vez, do seu potencial para a construção da experiência humana, tanto em termos do mundo físico, biológico, social e semiótico, quanto da experiência psicológica interior. Por fim, seu caráter acional encontra-se associado à sua capacidade de viabilizar o estabelecimento de relações sociais, a negociação de papéis discursivos e a interação entre os atores para a continuidade da *práxis*.

Nesse sentido, a teoria busca entender a língua tanto na sua realidade externa – como um sistema que refrata as demandas da ação social humana, respondendo a elas pelos ajustes sistêmicos paulatinos necessários para a viabilização dos processos de significação pretendidos pelos atores sociais – quanto na sua realidade interna – buscando examinar a estruturação linguística em termos de seu caráter estratificado, de sua organização metafuncional, de sua estruturação paradigmática e sintagmática e da sua configuração em termos da escala de instanciação.

Por tais razões, a perspectiva pode ser vista como um modelo de Linguística Aplicável (*Applicable Linguistics*). Matthiessen (2012, p. 436) define Linguística Aplicável como:

A kind of linguistics where theory is designed to have the *potential* to be applied to solve problems that arise in communities around the world, involving both reflection and action [...] it represents a way of relating theory and application as complementary pursuits rather than a thesis-&-antithesis pair destined to be in constant opposition [...].⁸ (destaque do autor)

Em consequência disso, uma proposta de Linguística Aplicável perpassa uma atitude de responsabilidade social, uma postura crítica diante da realidade, que possibilite que o modelo seja aplicado em áreas que viabilizem o empoderamento semiótico dos atores sociais, como na educação. É por essa razão que o viés intervencionista da teoria acompanhou o desenvolvimento da descrição linguística desde suas formulações iniciais.

Segundo Halliday (2009), são cinco os princípios que guiam as dimensões de organização que definem o sistema – a realização, a organização metafuncional, a organização paradigmática dos sistemas, a organização sintagmática das estruturas e a instanciação.

1. Realização: o princípio de realização encontra-se na base de todo sistema semiótico, governando a relação entre significante e significado. Ele está diretamente relacionado à organização estratificada entre língua e contexto e entre os componentes semântico-discursivo, léxico-gramatical, fonológico e fonético da língua, conforme a figura a seguir permite compreender:

⁸ “Um tipo de Linguística em que a teoria é construída para ter o *potencial* de ser aplicada para resolver problemas que emergem em comunidades ao redor do mundo, envolvendo tanto reflexão quanto ação [...] ela representa uma maneira de relacionar teoria e aplicação como metas complementares, em vez de tratá-las como um par tese-&-antítese destinado a estar em constante oposição [...]” (tradução nossa)

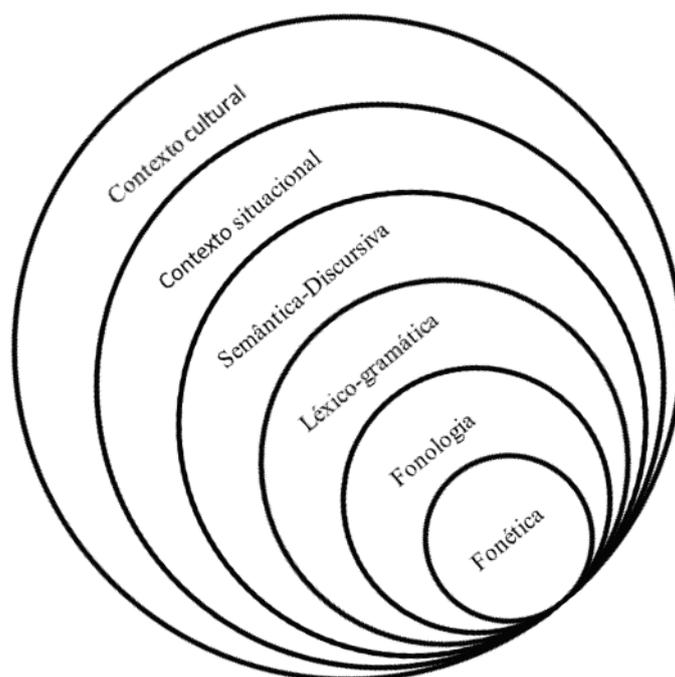


Figura 1. Níveis de estratificação da linguagem

Os dois níveis superiores do modelo são externos ao sistema linguístico, ao passo que os quatro níveis inferiores são internos. Dentre os estratos ou níveis internos, a Fonética e a Fonologia correspondem aos estratos do nível da expressão, enquanto a Léxico-gramática e a Semântica (ou Semântica-Discursiva) constituem os estratos do conteúdo.

Segundo Taverniers (2011), o contexto está ligado a ações (*doings*); a semântica, a significados (*meanings*); a léxico-gramática, a fraseados (*wordings; sayings*); e os níveis fonológico e fonético, a sons (*sounds*). O princípio de realização permite compreender um funcionamento dialético entre esses componentes, governado pela noção de metarredundância (LEMKE, 2005).

Segundo Lemke (2005), significados são construídos por dois tipos de padrões simultâneos: por um lado, padrões de relações entre um ato e outros atos que poderiam ter ocorrido no lugar daquele em dado contexto (*distinção paradigmática*) e, por outro, padrões de relações entre o ato presente e outros atos encadeados que ocorreram (e ocorrem), em sucessão, em dado contexto (*estruturação sintagmática*). Essas duas relações – que podem ser rotuladas, respectivamente, como *alternativas* e *combinações* – são construídas de modos diferentes em distintas comunidades e não são independentes uma da outra. Isso se deve ao fato de se tratar de padrões contextualizantes, responsáveis por orientar o ator social no que tange a quais combinações são mais prováveis ou viáveis em dado contexto diante das alternativas disponíveis.

A noção de redundância está ligada, portanto, à relação probabilística e previsível de conexão entre dois conjuntos de alternativas. Entretanto, a relação entre os níveis da expressão e conteúdo é distinta da relação entre os níveis do conteúdo e do contexto. Segundo Hasan (2009), a relação entre o contexto e o conteúdo é operada pela dialética entre ativação e construção (*construal*), de modo que a léxico-gramática constrói a semântica e esta constrói as opções contextuais, ao passo que o contexto ativa escolhas semânticas, que, por sua vez, acionam escolhas léxico-gramaticais, mediante o parâmetro de metarredundância.

No que tange ao campo da relação entre conteúdo e expressão, não se pode afirmar que a léxico-gramática ativa opções fonológicas nem que essas construam a léxico-gramática – as escolhas fonético-fonológicas apenas sinalizam (*signal*) as opções léxico-gramaticais.

Entretanto, é na relação entre conteúdo e contexto que a realização e a metarredundância operam de modo constitutivo, na medida em que o contexto enquadra as interpretações preferenciais de uma dada combinação de opções semióticas em face das alternativas vigentes, constituindo, assim, um ponto de articulação no que concerne à emergência de *formações semióticas*, responsáveis por definir expectativas psicossociais de ação. Assim, nota-se como a noção de realização e de metarredundância podem se articular para uma compreensão linguística e semiótica mais fina da formação das *ordens do discurso*, conceito central para a proposta crítico-discursiva.

2. Organização metafuncional da linguagem: são dois os principais fatores que estão associados à hipótese metafuncional da organização do sistema linguístico: de um lado, a própria noção de realização associada à de metarredundância, que prevê a dialética de construção e ativação entre os estratos do contexto e do conteúdo; e, de outro, a noção de que a língua se constitui em uma rede de recursos que viabiliza ação e reflexão.

Halliday e Matthiessen (2004) postulam que a evolução da língua, como um sistema dinâmico e aberto, está relacionada a seu papel intrínseco como recurso para a construção da experiência humana externa e interna e para a negociação de relações sociais e papéis discursivos. Esses dois modos complementares de construção de significado são denominados *metafunção ideacional* e *interpessoal* da linguagem. Além disso, um terceiro componente, a *metafunção textual*, é concebido como responsável por mapear esses significados entre si, relacionando-os ao contexto nos quais os significados são negociados. Tal função seria responsável por garantir a criação da tessitura (*texture*) – estrutura temática e informacional, além de coesão, coerência, foricidade, dentre outras possibilidades abaixo expostas.

Os significados construídos metafuncionalmente são organizados em redes de sistemas paradigmáticos e estão diretamente relacionados – via metarredundância – às características do contexto situacional, em primeiro lugar, e ao contexto cultural, em segundo lugar. Segundo Hasan (2009, p. 172), “the arguments for the recognition of the metafunctions rest on what is revealed by the analysis of language use in natural context”. Esse contexto, de caráter situacional, é definido por meio de três categorias – o *campo*, as *relações* e o *modo* –, considerados a matéria-prima para a organização metafuncional da linguagem. O quadro abaixo permite compreender as relações propostas:

Quadro 1. Organização metafuncional da linguagem: contexto, atividade e sistema

Metafunção	Ideacional	Interpessoal	Textual
Parâmetro contextual	Campo: refere-se à natureza da ação social, ao conjunto de atividades orientadas, em geral, a objetivos institucionais globais.	Relações: concerne à natureza da relação social entre os participantes da interação em termos de papéis assumidos e de diferença de poder.	Modo: diz respeito à canalização da comunicação, ao suporte comunicativo e à sua influência na construção semiótica.
Atividade	Oração como representação (língua como reflexão).	Oração como negociação (língua como ação).	Oração como mensagem (criação da tessitura).
Principais sistemas (Hasan, 2009)	TRANSITIVIDADE, REFERÊNCIA, EXPANSÃO, PROJEÇÃO, TEMPO SECUNDÁRIO.	MODO, MODALIDADE, TEMPO PRIMÁRIO, AVALIATIVIDADE, ENVOLVIMENTO.	TEMA, INFORMAÇÃO, FORCIDADE, VOZ, CONJUNÇÃO.

Fairclough (2007), ao apresentar sua proposta de abordagem relacional do texto, propõe que a atividade discursiva acione três tipos de significado: o significado representacional, ligado à configuração de modos posicionados de se representar a realidade, ou seja, os *discursos*; o significado acional, relativo à formação dos *gêneros discursivos* – e, deve-se acrescentar, dos diversos componentes acionais, como os atos de fala –; e o significado identificacional, associado à construção semiótica de caracteres identitários, ou seja, à formação dos *estilos*.

Tais tipos de significado emergem da atividade semiótica humana nas práticas sociais e podem ser correlacionados às metafunções hallidayanas, embora tal associação deva ser realizada com ressalvas. Nas linhas de Fairclough (2007, p. 27),

Representation corresponds to Halliday’s ‘ideational’ function; Action is closer to his ‘interpersonal’ function, though it puts more emphasis on text as a way of (inter)acting in social events, and it can be seen as incorporating Relation (enacting social relations); Halliday does not differentiate a separate function to do with identification – most of what I include in Identification is in his ‘interpersonal’ function. I do not distinguish a separate ‘textual’ function, rather I incorporate it within Action.⁹

A diferença principal entre as duas concepções reside no fato de que a proposta metafuncional sistêmico-funcional diz respeito à organização do sistema linguístico em si; em outros termos, consiste numa hipótese que postula tal organização como um princípio que governa a evolução, a mudança e o potencial de significado do sistema em resposta às demandas da ação prática humana em contextos localizados. Já a proposta de multissignificação de Fairclough abrange uma organização do texto enquanto prática sociosemiótica, orientada à compreensão dos mecanismos de coerção estrutural das ações sócio-discursivas e dos efeitos causais dos textos para a continuidade da *práxis*. Nesse sentido, embora possam dialogar – e, de fato, seja profícuo fazê-lo, uma vez que a multissignificação

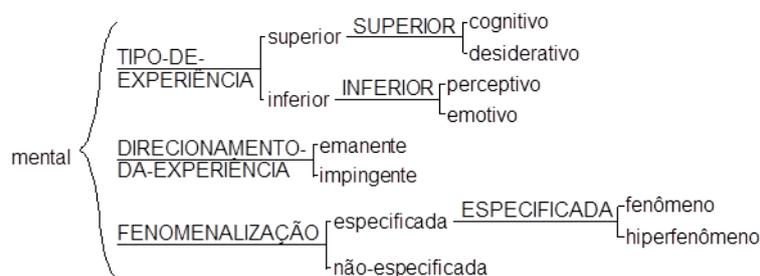
⁹ “A Representação corresponde à função ‘ideacional’ de Halliday. A Ação está mais próxima à sua função ‘interpessoal’, embora se enfatize o texto como um modo de (inter)agir em eventos sociais e se incorpore a Relação (instanciação de relações sociais). Halliday não diferencia uma função separada para a identificação – muito do que incluo no Identificação recai na sua função ‘interpessoal’. Eu não proponho uma função ‘textual’ separada; eu a incorporo à Ação.” (tradução nossa)

faircloughiana pode ser linguisticamente analisada por meio dos recursos oriundos das diferentes metafunções hallidayanas –, deve-se ter cautela ao se tentar justapô-las ou sobrepô-las – ou mesmo tratar de forma intercambiável os termos inerentes às duas propostas. De acordo com Matthiessen (2012, p. 451, tradução nossa), a abordagem crítico-discursiva parece estar “orientada em direção a uma funcionalidade extrínseca em vez de intrínseca”.¹⁰

De qualquer forma, os significados ativados na prática discursiva podem ser examinados mediante a rede de sistemas proposta pela LSF. O sistema de AVALIATIVIDADE – no âmbito do interpessoal – assim como o de TRANSITIVIDADE – concernente ao ideacional –, por exemplo, são recorrentemente utilizados para embasar análises sistemáticas da construção de representações sociais e do estabelecimento de poder.

3. Organização sistêmica e estrutural: a LSF preconiza que as relações linguísticas se efetuam em dois eixos: o paradigmático e o sintagmático. O primeiro é responsável pela configuração da língua em sistemas de opções, organizados pelo princípio da *delicadeza* ou *refinamento* (*delicacy*), ao passo que o segundo modela a língua em estruturas, organizadas a partir de níveis (*ranks*). Entretanto, é o caráter paradigmático, ou seja, sistêmico que permite a atribuição de valor – ou seja, de significado – à estrutura.

Tome-se como exemplo o esquema abaixo, que apresenta um recorte do subsistema de processos mentais, no âmbito da transitividade¹¹:



O sistema anterior apresenta, simplificada, a rede de opções associada aos processos mentais em língua inglesa, que também pode ser aplicada, com algumas ressalvas, à língua portuguesa.¹² O primeiro elemento à esquerda consiste na *condição de entrada* do sistema. Nesse sentido, sua seleção implica que o falante proceda a novas escolhas relativas ao processamento paradigmático dessa entrada, tal qual se pode depreender pelo arranjo sistêmico. Em outros termos, caso o ator social construa um processo mental, tal seleção deverá abarcar, simultaneamente, três domínios – o Tipo de Experiência, o Direcionamento da Experiência e a Fenomenalização –, dentre os quais uma nova opção é selecionada. Essa nova escolha, em cada um dos “ramos” do sistema, pode atuar como condição de entrada para um novo grau de explicitação de opções, ou seja, um novo grau de *refinamento* ou *delicadeza*. O *refinamento* diz respeito, portanto, a diferentes conjuntos de opções léxico-gramaticais que constroem diferenças de significado, relativas, no caso, à construção da experiência interna humana. Tal sistematização consiste no aspecto paradigmático da organização linguística.

10 No original: “[...] oriented towards extrinsic rather than intrinsic functionality”.

11 A presença do hífen na esquematização consiste em uma exigência do *software* UAM Corpus Tool, com o qual o sistema foi desenhado.

12 Para maiores detalhes acerca dos processos mentais em língua portuguesa, consultar Figueiredo (2011).

Entretanto, tais valores paradigmáticos são atualizados em estruturas organizadas por níveis, que atuam sintagmaticamente. Tomem-se, como exemplo, dois enunciados extraídos de duas cartas do leitor publicadas na *Folha de S. Paulo*, em janeiro de 2013, acerca da tragédia ocorrida em Santa Maria:

- (1) Só posso pensar que a razoabilidade dessas pessoas estava em férias e deixou a inconsequência em seu lugar. (*Folha de S. Paulo*, Painel do Leitor, 28.01.2013)
- (2) A tragédia de Santa Maria enlutou o Brasil. (*Folha de S. Paulo*, Painel do Leitor, 01.02.2013)

No primeiro exemplo, o grupo verbal *posso pensar* atualiza um processo mental que seleciona os traços *superior:cognitivo, emanente e especificada:hiperfenômeno*.¹³ Tal seleção é instanciada de forma sintagmática: (*Experienciador*) + *Processo Mental* + *Hiperfenômeno*.¹⁴ Entretanto, tal ordem não necessariamente precisa ser seguida, muito menos todos os elementos devem estar explícitos na estrutura, conforme o exemplo permite observar. Nesse caso, o *Experienciador* encontra-se omitido, uma vez que pode ser depreendido da morfologia verbal – primeira do singular “eu”.

No segundo exemplo, o grupo verbal *enlutou* instancia um processo mental com os traços *inferior:emotivo, impingente e especificada:fenômeno*. A estrutura sintagmática selecionada é: *Fenômeno* + *Processo Mental* + *Experienciador*.

Note-se que, no caso, o *Experienciador* é o sintagma nominal *o Brasil*, representativo da nação como um todo, sobre o qual a voz autoral impõe um sentimento negativo ligado à *infelicidade*, que atinge, de forma categórica, o conjunto de *experienciadores*, agrupamento no qual o leitor-ideal, provavelmente, se integra, numa possível tentativa autoral de criar identificação. Estas últimas considerações, entretanto, já fogem ao escopo da língua como recurso para a *construção da experiência*, ou seja, ao aspecto ideacional do significado e já passa a tratar da construção de relações sociais, no âmbito do poder e da solidariedade, e, portanto, já abrangem o domínio da metafunção interpessoal. Tal entrelaçamento é constitutivo da linguagem, de modo que cada enunciado pode se tornar objeto de uma análise multiestratificada e multifuncional ligada ao potencial sociosemiótico de reflexão e de ação viabilizado pela língua. Nesse sentido, a LSF apresenta um referencial teórico que permite apresentar categorias analíticas pertinentes para uma análise discursiva sistemática orientada para a construção de sentido.

4. Instanciação: segundo Martin e White (2005, p. 23),

Whereas realisation is a scale of abstraction, involving the recoding of one pattern of meanings as another [...], instantiation is a scale of generalization, involving our perspective on inertia and change – are we trying to stand back and get an overall picture of what is

13 Sinteticamente, o caráter *emanente* ou *impingente* diz respeito à experiência mental interna que, no primeiro caso, parte do *experienciador* em direção ao *fenômeno* e, no segundo caso, às experiências que atingem o *experienciador*, tendo como partida o *fenômeno*. A Linguística Cognitiva (LANGACKER, 2007) trata essa diferença a partir das noções de marco (*landmark*) e trajetora (*trajector*). Hiperfenômenos referem-se a atos, fatos e ideias projetadas pelos processos mentais.

14 O objetivo é apenas demonstrar o entrelaçamento das estruturas e dos sistemas na construção discursiva. Não se fará uma análise pormenorizada de todos os recursos atualizados nonexo oracional. Apenas serão apontados os elementos pertinentes à estrutura e ao sistema dos processos mentais.

going on or are we standing right up close, microscopically subsumed in the deconstruction of an instance, or are we somewhere in between?¹⁵

Nesse sentido, a escala de instanciação está relacionada ao caráter não dicotômico entre texto e sistema, entre instância e potencial. Trata-se apenas de perspectivas diferentes, uma vez que a língua é ativada por meio de textos, ou seja, por meio de seu uso real, instancial.

Tal domínio é central para a compreensão da atividade discursiva, na medida em que as *formações semióticas*, ao favorecerem determinados padrões de *discursos*, *gêneros* e *estilos*, associados a fatores contextuais sócio-históricos, estão, na verdade, limitando – e, simultaneamente, facilitando – a instanciação de modos significativos e socialmente ratificados de agir e refletir. A formação de regularidades semântico-discursivas está, portanto, diretamente relacionada à escala de instanciação.

Conforme já se expôs, práticas sociais consistem em fatores de contextualização centrais para que determinadas combinações de padrões semióticos tornem-se significativas diante de alternativas de construção de sentido, de modo a ratificar determinados padrões estruturalmente coercitivos de agir, representar e ser semioticamente, formando *ordens do discurso*. Tais *ordens do discurso*, por sua vez, agrupam um conjunto de *gêneros*, *discursos* e *estilos*, contraditórios e complementares, em contínua confrontação interna e também externa, no que tange a outras ordens do discurso, cada qual com padrões *preferenciais* e *permitidos* de configuração. Entretanto a ação prática humana está constitutivamente associada a um contexto não só sócio-histórico e cultural, de onde as restrições e facilitações anteriores advêm, mas também a um contexto situacional, uma coordenada espaço-temporal marcada por um determinado *campo*, certas configurações de *relações* e um dado *modo* de textualização. Tais coerções situacionais, contextualizadas pela *ordem do discurso*, impõem um novo filtro à prática semiótica, condicionando, em termos probabilísticos, a seleção de determinados padrões *preferenciais* no seio de cada gênero, estilo ou discurso.

Observando, entretanto, do polo da atividade individual, ou seja, da perspectiva do ator social, a produção textual envolve, primariamente, objetivos comunicativos, alcançados por meio da *performance* sociosemiótica em termos de um contexto situacional e de um contexto sócio-histórico. O ator social integra uma multiplicidade de instituições, conhece uma diversidade de gêneros, estilos e discursos e não necessariamente se comporta, passiva e complacientemente, em relação àquilo que é esperado em dada situação comunicativa. Em outros termos, o ator social pode sempre realizar novas articulações discursivas que coloquem em “risco” a parametrização *preferencial* de dada ordem do discurso. Nesse sentido, modos de ser, agir e representar estão sempre sob confrontação, o que instabiliza e torna fluido o condicionamento probabilístico dos padrões linguístico-discursivos – metafuncionalmente organizados e multissignificativamente engendrados – a eles associados, podendo acarretar mudanças na configuração das *formações semióticas* e, em última instância, na própria configuração das redes paradigmáticas de delicadeza sistêmica.

15 “Enquanto a realização é uma escala de abstração, envolvendo a recodificação de um padrão de significado em outros [...], a instanciação é uma escala de generalização, envolvendo nossa perspectiva em termos de inércia e mudança – estamos tentando nos colocar distantes para obter um quadro geral do que está ocorrendo ou estamos nos colocando próximos ao objeto, voltados a uma desconstrução microscópica da instância, ou ainda estamos em algum lugar intermediário?” (tradução nossa)

O que se deseja esclarecer, nessa exposição teórica sobre a noção de instanciação, é que, para que se possam descrever *gêneros, estilos e representações*, e, posteriormente, *ordens do discurso*, é necessário enfrentar a realidade da instanciação como faceta constitutiva da relação entre língua e texto. É pela apreensão de padrões ligados, primeiramente, ao polo instancial e, assim, sucessivamente, até o polo sistêmico/potencial, que se torna possível detectar os modos estruturais de coerção da formação de significados, considerando a metarredundância como princípio organizador de tais relações.

O quadro abaixo sintetiza, de modo simplificado, o exposto:

Quadro 2. Graus de instanciação inerentes à ordem social e à ordem semiótica

Ordem semiótica	Língua	Ordens do discurso	Registros ¹⁶	Tipos textuais ¹⁷	Texto
Ordem social	Estrutura Social	Prática Social			Evento social
Grau de instanciação	<i>Potencial (abstrato)</i>	<i>Subpotencial</i> ←————→ <i>Real generalizado</i>			<i>Real/Instancial (concreto)</i>

Considerações finais

Este artigo pretendeu, primariamente, examinar a possível convergência teórica entre a ACD e a LSF no que se refere à abordagem dos padrões interdiscursivos e semióticos que compõem as *ordens do discurso*. Para isso, procurou-se ressaltar o papel das escalas de realização e de instanciação, além da organização metafuncional da linguagem no que concerne à configuração multissignificacional do uso linguístico, tal qual propõe Fairclough (2007).

Nesse sentido, embora os estudos crítico-discursivos tenham nascido em sintonia com o desenvolvimento da abordagem sistêmico-funcional, desenvolvimentos e ramificações pertinentes a cada um desses métodos e teorias têm levado ao surgimento de aproximações e afastamentos, o que não impede o diálogo; pelo contrário, incentivando, especialmente pelas semelhanças no que tange ao enquadramento do uso linguístico. Contudo, tornam-se necessários cuidados especiais no estabelecimento de convergências, como no citado caso da associação direta e irrestrita da noção de multifuncionalidade inscrita na linguagem e de multissignificação viabilizada pela prática discursiva.

Além disso, deve-se ter em mente que a LSF propõe-se como uma teoria de Linguística Aplicável, ao passo que a ACD, especialmente na visão de Fairclough (2010),

16 Há, na teoria, uma certa divergência no que tange à concepção de registro. Para Hasan (2009), o registro é uma estrutura potencial, um subpotencial semântico-discursivo de realização de uma configuração contextual, ligado, portanto, à ordem de uma semiótica denotativa, posição de que se compartilha neste artigo. Para Martin e White (2005), o registro configura-se nos valores que as variáveis de campo, relações e modo assumem em dado evento social, ou seja, ligado a uma ordem semiótica conotativa. Em termos mais sintéticos, a noção de registro em Martin parece equivaler, grosso modo, à noção de configuração contextual de Hasan.

17 A noção de tipo textual em LSF difere da noção proposta por Adam (2011) e refere-se a padrões instanciais metafuncionalmente orientados, como as posturas (stances). Exemplos de tais padrões podem ser encontrados em Martin e White (2005) e Gonçalves Segundo (2011).

configura um campo inter/transdisciplinar de estudos voltados às relações sociais no que tange à aplicabilidade da semiótica. Nesse sentido, a ACD pode valer-se da LSF, dentre outras teorias, como ferramenta para a análise textual. A ACD não visa a desenvolver um aparato teórico para a descrição de sistemas linguísticos propriamente ditos.

Por fim, deseja-se ressaltar as palavras de Fairclough (2010), no que se refere à nova agenda da ACD para momentos de crise, e destacar o potencial papel da LSF para o seu cumprimento.

O autor assinala que os estudos em ACD poderiam contribuir para uma análise, de ênfase semiótica, no que concerne à “proliferação de estratégias, ao conflito estratégico, à dominação de certas estratégias e à sua implementação na transformação social”¹⁸ (FAIRCLOUGH, 2010, p. 19, tradução nossa), destacando quatro fontes de estudo:

1. A emergência de discursos: trata-se de pesquisas que buscam investigar os discursos que emergem em tempos de crise, as estratégias utilizadas para viabilizá-los, o seu alcance social e as maneiras pelas quais eles representam eventos e ações, justificando e legitimando determinadas práticas e visões de mundo, além do exame das articulações que dão origem a tais discursos. Nesse aspecto, a LSF pode atuar no sentido de viabilizar a análise das representações de ações e eventos, permitindo compreender seu valor estratégico, especialmente no que tange à sua associação com as variáveis de poder e solidariedade, enfocando o entrelaçamento entre Transitividade e Avaliatividade.

2. As relações entre diálogo, contestação e dominação interdiscursiva: abrangem pesquisas que buscam examinar o diálogo de resistência ou complacência entre discursos, mostrando como alguns ganham proeminência e como outros ficam marginalizados. Assume importância, nesse campo, o estudo das estratégias retóricas e das formas de mobilização da audiência, por meio de recursos que enfatizam a construção de autoridade, credibilidade, identificação, intimidade, passíveis de serem analisadas por meio da estruturação retórica dos textos e dos padrões da metafunção interpessoal, com destaque à Avaliatividade e ao Envolvimento.

3. A recontextualização de discursos: abarca pesquisas que buscam analisar como os discursos hegemônicos atravessam fronteiras entre práticas sociais, atingindo escalas locais, nacionais e globais. Nesse sentido, estudos orientados à apreensão de padrões gerais de organização multimodal e linguística podem contribuir para examinar as diferenciações e o modo de apropriação de determinadas avaliações e representações em outras instâncias e instituições. As variáveis da metafunção textual assim como da multimodalidade e, novamente, o reenquadramento ideacional e interpessoal podem constituir-se em categoriais importantes de análise.

4. A operacionalização de discursos: envolve pesquisas que mostram em que condições os discursos são engendrados em gêneros e inculcados em estilos, atentando para os modos pelos quais o discurso pode contribuir para a transformação social. A noção de instanciação, realização e metarredundância podem ser valiosas para estudos voltados a essa correlação.

¹⁸ No original: “[...] proliferation of strategies, strategic struggle, the dominance of certain strategies, and their implementation in social transformations”.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 373 p.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2007. 270 p.

_____. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. 2nd ed. Harlow: Longman Applied Linguistics, 2010. 591 p.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Critical realism and semiosis. In: FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. 2nd ed. Harlow: Longman Applied Linguistics, 2010. p. 202-222.

FIGUEREDO, G. P. *Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues*. 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GONÇALVES SEGUNDO, P. R. *Tradição, estabilidade e dinamicidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. 2011. 447 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de Concentração: Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HALLIDAY, M. Methods – techniques – problems. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (Org.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum International, 2009. p. 59-86.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. *Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Hodder Arnold, 2004. 689 p.

HASAN, R. The place of context in a systemic functional model. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. (Org.) *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum International, 2009. p. 166-189.

HODGE, R.; KRESS, G. *Language as ideology*. 2nd ed. London/New York: Routledge, 1993.

LANGACKER, R. Cognitive Grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.

LEMKE, J. *Textual politics: Discourse and Social Dynamics*. London: Taylor & Francis, 2005.

MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MATTHIESSEN, C. Ideas and new directions. In: HALLIDAY, M.A.K.; WEBSTER, J. (Org.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum, 2009. p. 12-58.

_____. Systemic Functional Linguistics as applicable linguistics: social accountability and functional approaches. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 28, n. esp., p. 435-471, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502012000300002>> Acesso em: 27 set. 2013.

TAVERNIERS, M. The syntax–semantics interface in systemic functional grammar: Halliday’s interpretation of the Hjelmslevian model of stratification. *Journal of Pragmatics*, n. 43, p. 1100-1126, 2011.

WODAK, R. Do que se trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.